

O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas

(The Mobral and adult literacy: historical considerations)

Maira Ferreira Beluzo¹; José Pedro Toniosso².

¹Graduanda em Pedagogia - Centro Universitário Unifafibe – Bebedouro - SP
mairabeluzo@outlook.com

²Docente do Centro Universitário Unifafibe – Bebedouro - SP
jptoniosso@gmail.com

Abstract. *This article was carried out by means of bibliographic research and documentary analysis of educational legislation concerning the creation process and the role of Mobral during the period of military rule, having as main objective to analyze their proposals in Youth and Adult Education - EJA . Initially, there was a study of the historical context of the 1950s and 1960s, with an emphasis on educational proposals and methods of liberating character of Paulo Freire, the military coup of 1964 and the design of teaching that is then implanted in the new regime was scheme. Then, we analyze the creation of Mobral in 1967 and its educational proposal and finalized the work with an approach on the new directions of EJA from the process of democratization of Brazil at the end of the 1980s, when the universalization of basic education occurs and for the eradication of illiteracy.*

Keywords. *Youth and adult education; Paulo Freire; Mobral; technicist education.*

Resumo. *O presente artigo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental da legislação educacional referente ao processo de criação e a atuação do Mobral durante o período do regime militar, tendo como objetivo principal analisar suas propostas na Educação de Jovens e Adultos - EJA. Inicialmente, foi realizado um estudo sobre o contexto histórico das décadas de 1950 e 1960, com ênfase nas propostas e métodos educacionais de caráter libertador de Paulo Freire, o golpe militar de 1964 e a concepção de ensino que é então implantada no novo regime. Em seguida, analisamos a criação do Mobral em 1967 e sua proposta educacional e, finalizamos o trabalho com uma abordagem sobre os novos rumos da EJA a partir do processo de redemocratização do Brasil no final da década de 1980, quando ocorre a universalização da educação básica, e para a erradicação do analfabetismo.*

Palavras-chave. Educação de jovens e adultos; Paulo Freire; Mobral; educação tecnicista.

1. Introdução

Na segunda metade do século XX, a sociedade brasileira passou por uma série de mudanças de caráter político, econômico, cultural e social, o que influenciou na valorização da EJA - Educação de Jovens e Adultos. Neste contexto, surgiu na década de 1950 o método de Paulo Freire que em uma concepção libertadora, considerava a realidade em que o aluno estava inserido para promover sua emancipação da condição de oprimido para a de cidadão crítico e atuante na sociedade.

No início do Regime Militar de 1964, houve uma ruptura na proposta de Freire. O novo governo, de caráter ditatorial, decidiu pela implantação de um modelo mais apropriado para a formação de mão de obra, adotando uma educação de concepção tecnicista. Diante deste quadro de mudanças na Educação de Jovens e Adultos no Brasil, surgem algumas indagações:

- 1- Como se caracterizava o método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire?
- 2- Porque houve um rompimento na utilização deste método com a implantação da ditadura?
- 3- Qual a intenção do novo regime com a criação do Mobral?
- 4- Quais foram os resultados do Mobral e como ficou a EJA no Brasil com o fim da ditadura?

Para responder a estas e outras questões, no desenvolvimento deste trabalho abordaremos inicialmente a concepção educacional para a Educação de Jovens e Adultos de Paulo Freire e na sequência a que fora implantada no Regime Militar. Na seção seguinte analisamos a criação do Mobral e o desenvolvimento da sua proposta de educação, considerando possíveis avanços ou retrocessos. Finalizamos a abordagem com os novos rumos da EJA a partir do processo de redemocratização do país nas décadas finais do século XX e início do século XXI.

2. De Paulo Freire ao Mobral: as diferentes concepções de EJA no Brasil

Durante a década de 1950, com o processo de modernização que ocorria no Brasil, com uma crescente urbanização e industrialização, ampliava-se também a demanda pela educação como um todo, inclusive para jovens e adultos. Neste segmento, destacou-se a proposta do educador Paulo Freire, nascido em Recife, Pernambuco, em 1921 e que, segundo Porcaro (2007, p. 02), significou um novo paradigma pedagógico, pois a concepção pedagógica por ele iniciada trazia consigo uma nova visão sobre o problema do analfabetismo, dando ênfase às classes populares, no sentido de entender as duas vertentes bastante criticadas da época: educação e sociedade.

Com a boa repercussão de sua proposta educacional, as ideias de Paulo Freire se expandiram por todo o país, e a partir de então, passou a ser reconhecido nacionalmente, tanto pela educação popular, quanto pela educação para adultos. O método de alfabetização utilizado por Paulo Freire, caracterizava-se por possuir uma perspectiva libertadora e baseava-se principalmente nos conhecimentos prévios dos alunos, buscando compreender suas próprias experiências de vida, partindo do uso de “palavras geradoras”, fazendo com que o indivíduo adquirisse consciência crítica, podendo compreender e questionar sua própria realidade, segundo Horiguti (2009, p. 05-06).

Por essas novas concepções, educador e educando devem interagir. São criados novos métodos de aprendizagem, por meio dos quais o alfabetizador trabalha o conteúdo a ser ensinado - a língua escrita - com a preocupação de que seus alunos estejam compreendendo o sentido para o sistema da escrita, a partir de temas e palavras geradoras, ligadas às suas experiências de vida (LOPES, [20--], p. 10).

Com a crescente projeção do seu trabalho educativo, Paulo Freire foi encarregado pelo governo federal no ano de 1963 para desenvolver o Programa Nacional de Analfabetismo e elaborar um Plano Nacional de Alfabetização. Neste contexto a educação tomou novos rumos e passou a ser vista em outras perspectivas.

O analfabetismo, que antes era apontado como causa da pobreza e da marginalização, passou a ser, então, interpretado como efeito da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária (SOARES, 1996, *apud* PORCARO, 2007, p. 02).

Porém, com a implantação do regime militar no ano de 1964, como afirma Aranha (1996, p. 196), as classes populares perdem suas forças e o Plano Nacional de Alfabetização é

Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 2 (1):196-209, 2015.

interrompido, ocorrendo uma ruptura do trabalho de alfabetização realizado por Paulo Freire, pois para os militares, o método por ele desenvolvido conscientizava a população acerca da realidade na qual estava inserida, o que não lhes convinha, pois desejavam que toda a população fosse alienada ao saber crítico e que se preocupassem somente com a preparação do indivíduo para o mercado de trabalho. Com a perseguição política que passou a sofrer, Freire exilou-se durante quatorze anos no Chile.

O governo não queria, de fato, educar ninguém. O que se desejava era preparar mão-de-obra para o mercado, sem espírito crítico. Como se sabe, em educação, se desvirtuamos a capacidade crítica do homem, ele não terá a motivação necessária para desenvolver sua alfabetização em 5 meses, como se propunha o programa (REFUFELS, *apud* NISKIER, 1989, p. 371-372).

A educação concebida no período ditatorial, que se estendeu até 1985, tinha caráter tecnicista, ou seja, voltada para a formação de mão de obra ao mercado de trabalho realizando a preparação do indivíduo. Neste sentido, visava o aprendizado, interesse e adaptação do aluno ao meio profissional, copiando assim o modelo existente nas fábricas e indústrias, fazendo da educação um processo de burocratização, conforme Aranha:

Como todo o processo que predominam práticas administrativas, a tendência tecnicista privilegia as funções de *planejar, organizar, dirigir e controlar*, intensificando a burocratização que leva à divisão do trabalho (1996, p. 183).

Na educação tecnicista o principal conceito é o racionalização dos recursos e o processo define também o que os alunos e os professores deverão realizar nos procedimentos do processo educacional. Conforme Saviani,

[...] na pedagogia tecnicista o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais (SAVIANI, 2008, p. 382).

Buscando exemplificar melhor a tendência tecnicista e sua racionalização pode-se relatar também que segundo Aranha,

A tendência tecnicista em educação resulta da tentativa de aplicar na escola o modelo empresarial, que se baseia na “racionalização”, própria do sistema de produção capitalista (1996, p. 213).

3. O Mobral e a Educação de Jovens e Adultos no regime militar

O Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral - surgiu no dia 15 de dezembro de 1967, de acordo com a Lei nº 5.379, quando o governo assumiu o controle da alfabetização de adultos voltando-a para a faixa etária de 15 a 30 anos. Meses depois, foi designada a comissão que seria encarregada de elaborar os estatutos da instituição. Neste mesmo ano, no dia 29 de março os estatutos do Mobral foram aprovados, segundo o Decreto de nº 62.484 (RANGEL, 2011, p. 14).

No que se refere à presidência do Mobral, segundo o artigo 8º, primeiramente ficaria por conta do diretor do Departamento Nacional de Educação, porém após algumas modificações no Decreto-Lei de nº 665 do dia 02 de julho de 1969, passando a presidência da instituição do Mobral para um presidente que era nomeado pelo próprio presidente da República.

Segundo Niskier (1989, p. 368), para que a instituição continuasse a progredir tinham que mantê-la com recursos que vinham de contribuições de parte da arrecadação da Loteria Esportiva e de 1% dos impostos de renda da população jurídica.

O Mobral foi fundado com algumas metas consideradas de grande importância para toda a população adulta analfabeta da época. Na concepção educacional do regime militar, tinha como seus principais objetivos: erradicar o analfabetismo, integrar os analfabetos na sociedade, dar oportunidades a eles através da educação, buscando assim, benefícios para a população menos favorecida economicamente e principalmente a alfabetização funcional, com a aquisição de técnicas elementares de leitura, escrita e cálculos matemáticos. Porém, como toda instituição, o Mobral possuía objetivos gerais.

[...] proporcionar alternativa educacional, através de atendimento numa linha de autodidaxia, às camadas menos favorecidas da população; e ampliar a atuação do Posto Cultural, imprimindo-lhe características de uma agência de educação permanente, com programas voltados para um aperfeiçoamento constante da população (CORRÊA, 1979, p. 358 *apud* RANGEL, 2011, p. 14).

Da mesma forma, o Mobral possuía também alguns objetivos específicos,
Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 2 (1):196-209, 2015.

[...] possibilitar a aquisição/ampliação de conhecimentos, tomando-se como base o Programa de Educação Integrada e o reingresso no sistema regular de ensino; e colocar ao alcance da clientela materiais que despertem e favoreçam o desenvolvimento de mecanismos necessários a uma educação permanente, proporcionando ao alfabetizador, já atuante, aprimoramento profissional (CORRÊA, 1979, p. 358 *apud* RANGEL, 2011, p. 14).

De acordo com os métodos que foram utilizados no ensino do Mobral, segundo Aranha (1996, p. 207), pode-se dizer que eram praticamente os mesmos adotados por Paulo Freire, porém de maneira deformada e com algumas particularidades, pois o governo oferecia o seu avesso; portanto não muito completo, pois se utilizava do método das fichas de leitura, mas não considerava o conhecimento prévio do aluno e tampouco existia o processo de conscientização, tão defendido pelo educador Paulo Freire.

Acreditamos que o “método” de Paulo Freire e o MOBREAL baseiam-se em filosofias e metodologias totalmente opostas - enquanto o primeiro procura partir dos conhecimentos prévios dos alunos, levando em consideração suas experiências de vida, suas particularidades, e a partir destes pontos ocorre o trabalho com os conteúdos de ensino, no segundo, houve uma massificação e imposição dos conteúdos, sem atentar às diferenças regionais e singularidades dos alunos (HORIGUTI, 2009, p. 04).

No decorrer da década de 1970, o Mobral teve uma considerável expansão, tanto na continuidade de sua proposta como na área territorial alcançada, além de também ter sido reconhecida, como de grande importância pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), o que possibilitou a efetivação de diversos acordos de cooperações técnicas de alfabetização com outros países, como Paraguai, Bolívia, Jamaica, Senegal, Guatemala e Espanha, entre outros.

Com o passar dos anos, o MOBREAL se expandiu de forma tal que acrescentou outras atividades a seu antigo sistema. A experiência brasileira foi reconhecida pela UNESCO e sua importância realçada (NISKIER, 1989, p. 368).

Com a consolidação do Mobral, muitas foram as críticas realizadas às suas propostas por educadores como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Célia da Rocha Reufels (NISKIER, 1989, p. 369/371). Os educadores criticavam os métodos de alfabetização utilizados, dizendo que os mesmos, produziam males; que os alunos voltariam a ser analfabetos e que o governo

não queria educar nenhum indivíduo. Porém, o Mobral também foi muito reconhecido com alguns prêmios, entre eles o Prêmio Mohammad Reza Pahlavi, outorgado pela UNESCO em 1973; o Prêmio Internacional Iraque de Alfabetização, de 1982; a Menção Honrosa, pela Associação Internacional para a Leitura da UNESCO, em 1983.

Ainda na década de 70, segundo PORCARO (2007), a Lei n. 5692, de 1971, no que se refere às Diretrizes e Bases da Educação Nacional, implantou o ensino supletivo para jovens e adultos, que passou a ser reconhecido como um direito de cidadania, apesar de não ser oferecido na dimensão necessária para atender à demanda então existente por este segmento de ensino.

Durante o período militar, a educação de adultos adquiriu pela primeira vez na sua história um estatuto legal, sendo organizada em capítulo exclusivo da Lei nº 5.692/71, intitulado ensino supletivo. O artigo 24 desta legislação estabelecida com função do supletivo suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham conseguido ou concluído na idade própria (VIEIRA, 2004, p. 40 *apud* LOPES, [20--], p. 06).

No ano de 1974, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) propôs a implantação dos CES (Centros de Estudos Supletivos) que se organizam em função do tempo, do custo e principalmente da efetividade. Neste contexto, ocorreu também a assinatura de inúmeros acordos MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development) buscando, segundo Romanelli (2005, p. 196), uma reforma no ensino de alfabetização através de assistência técnica e cooperações financeiras.

Foi desenvolvida então uma nova política: a de diversificação de propostas, com a implementação de alguns programas, segundo Niskier (1989, p. 370), o PRODAC (Programa de Desenvolvimento de Atividades Comunitárias), ACISO (Programa de Ação Cívico-Social), PAF (Programa de Alfabetização Funcional), PEI (Programa de Educação Integrada), Programa de Autodidatismo, Programa Cultural, Programa de profissionalização, PETRA (Programa de Educação Comunitária para o Trabalho), PES (Programa de Ação Comunitária para a Saúde) e os balcões e postos de empregos. Além destes Programas, também foram assinados alguns convênios: LBA (Legião Brasileira de Assistência), FEFIERJ (Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro) e também houve a criação da Mobralteca.

Em 1980, as finalidades do Mobral foram alteradas, anunciando que sua política passaria a dar prioridade às ações comunitárias e aberturas políticas às experiências de alfabetização que são desenvolvidas de maneira mais crítica.

Em 1980, o presidente do MOBREAL anunciou que seria modificada toda a política da instituição, passando ela a dar prioridade à ação comunitária, principalmente nas áreas de educação, cultura, saúde, nutrição, saneamento, treinamento profissional, lazer, ecologia e previdência social (NISKIER, 1989, p. 370).

Segundo Arlindo Lopes Corrêa - presidente do Mobral no ano de 1974 - o Mobral já havia extinguido o analfabetismo, porque o mesmo se reduziria a taxa internacional para a erradicação total do analfabetismo, que compunha o valor de 11%; porém esta taxa não foi aceita, tendo sido contestada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), LBA(Legião Brasileira de Assistência) e o BNH (Banco Nacional de Habitação), que eram contra as novas finalidades e os objetivos da instituição do Mobral.

Segundo NISKIER (1989, p. 371), o ensino a adultos continuou, porém o ensino básico, mais precisamente o pré-escolar, passou a ser prioridade do Mobral, quando em 31 de março de 1981 o então presidente da instituição foi exonerado do cargo e com a nomeação de um novo presidente o trabalho do Mobral passou a ser suplementar e complementar. Desta forma, um ano após a nova nomeação do presidente, em 1982 as novas finalidades e objetivos do Mobral eram atender a 400 mil crianças de 04 a 06 anos no programa pré-escolar e 1 milhão e 700 mil adolescentes e adultos no programa supletivo.

No ano de 1985 o Brasil contava com cerca de aproximadamente 30 milhões de jovens e adultos analfabetos. Neste mesmo ano o Mobral foi extinto e substituído pela Fundação Educar. Esta nova instituição era como se fosse uma extensão do Mobral, porém com um novo nome e também com uma significativa mudança dos métodos de ação.

Vicente Barreto, professor e presidente do Mobral, responsável pelas mudanças ocorridas na transformação do Mobral em Fundação Educar, acreditava que a Fundação era uma solução para o ensino básico, mesmo que para isso necessitasse de uma reformulação geral das estruturas e adequação das condições da Fundação. Conforme Niskier, a nova presidência,

[...] promoveu o acesso a metodologias alternativas e mais modernas, requalificando o corpo docente, dignificando a sua formação, reforçando as

estruturas municipais, resgatando a sua função educativa e valorizando o magistério (1989, p. 482-483).

Pelo fato de que a criação e a implementação de um programa de alfabetização e educação básica para jovens e adultos era necessário, de acordo com o Decreto n.º 91.980 de 25 de Novembro de 1985 (RANGEL, 2011, p. 15) foi determinado que o Mobral passaria a ser denominada “Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos– Educar”, destinado às pessoas que foram privadas do ensino educacional por qualquer que seja o motivo.

Art. 1.º – A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL, instituída pelo Decreto n.º 62.455, de 22 de março de 1968, nos termos do Art. 4.º da Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, passa a denominar-se Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar, com o objetivo de fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente (BRASIL, 1985 *apud* NISKIER, 1989, p. 484).

4. A redemocratização do Brasil e os novos rumos da Educação de Jovens e Adultos

Em 1988 com a promulgação de uma nova Constituição Federal, ampliou-se o dever do Estado para o ensino de jovens e adultos e definiu a obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental para toda a população, assim como a necessidade de colaboração da sociedade neste processo, conforme definido no artigo 205,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 99).

Conforme definido na Constituição Federal, a educação também se torna referência na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9394 de 20 de dezembro de 1996,

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p. 27).

No que se refere à educação de jovens e adultos, a LDB deixou explícito que esta modalidade de ensino possui um caráter de educação inclusiva e compensatória, devendo ocorrer um maior investimento por parte do Estado para elevar o índice de ensino da população, conforme indicado no artigo 37:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (BRASIL, 1996, p. 42)

Com a posse de Fernando Collor de Mello – primeiro presidente eleito após a ditadura, em 1990 a Fundação Educar é extinta. No ano seguinte, em 1991 o MEC cria o PNAC (Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania), no qual explicita que a responsabilidade por sua execução não é apenas do poder público, mas da sociedade em geral.

O PNAC tem como objetivo proclamado de mobilizar a sociedade em prol da alfabetização de crianças, jovens e adultos por meio de comissões envolvendo órgãos governamentais e não-governamentais (DI PIERRO, JOIA, RIBEIRO, 2001, p. 66).

A parceria do poder público e da sociedade civil era vista como promissora, pois de acordo com Rangel (2011, p. 16) o PNAC tinha o [...] objetivo de fazer uma grande mobilização no país para reduzir em até 70% o número de analfabetos até 1995.

De acordo com PORCARO (2007) nos anos de 1990 ocorreu a universalização do Ensino Fundamental e de qualidade, quando criaram-se novos rumos para as políticas e metodologias criativas. A partir de então, o ensino de EJA passa por um crescente reconhecimento de sua importância em nível internacional, por meio das Conferências Internacionais para Educação de Adultos - CONFINTEAS.

Foram realizadas desde 1949 até os dias de hoje, seis CONFINTEAS, com crescente número de participantes em todas as conferências, que aconteceram em diferentes lugares do mundo: Elsinore - Dinamarca, Montreal - Canadá, Tóquio - Japão, Paris - França, Hamburgo - Alemanha e a última conferência em Belém - Brasil. Estas Conferências Internacionais tem como principais objetivos:

1. Avançar o reconhecimento da aprendizagem e educação de adultos como elemento importante para a aprendizagem ao longo da vida, da qual alfabetização é o alicerce;

2. Destacar o papel crucial da aprendizagem e educação de adultos para alcançar as atuais agendas internacionais de educação e desenvolvimento (EFA, MDGs', UNLD, LIFE e DESD);
3. Renovar o impulso e compromisso políticos e desenvolver as ferramentas para a implementação para que movamos da retórica para a ação. (IRELAND, 2013.)

Foi criada também, neste mesmo ano, uma mobilização a nível nacional, com a implementação dos Fóruns Estaduais de EJA, que fez com que o MEC instituísse uma Comissão Nacional voltada para este segmento de ensino, com a recomendação de que cada Estado deveria realizar um encontro para que se pudesse diagnosticar as metas e ações necessárias. A realização deste encontro foi vista de maneira positiva pelas instituições envolvidas, que decidiram dar continuidade a eles anualmente, o que ocorreu com um número cada vez maior de participantes.

Ainda na década de 1990, o governo federal incumbiu os municípios de articular a política nacional do Ensino para Jovens e Adultos, realizando parcerias entre os Fóruns de EJA, que foram criados em 1997 como espaços de encontros e ações permanentes, em parcerias com diferentes segmentos envolvidos, os quais tinham os seguintes objetivos: troca de experiências, diálogos entre as diferentes instituições e também um ambiente onde planejam e organizam encaminhamentos educacionais em comum.

A maneira como esses Fóruns se mantêm tem sido um desafio, pois não existe pessoa jurídica que receba ou repasse recursos, sendo que a participação se dá por adesão (PORCARO, 2007, p. 05).

A partir de então, os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos tomam forma, passando a ser registrados em um Boletim da Ação Educativa, além de participarem de audiências do Conselho Nacional de Educação.

A partir do ano de 1999, todo o país passa a promover os ENEJAS, que são os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos, com a principal finalidade de aprofundar o interesse e as mudanças na educação de jovens e adultos, fazendo com que cresça o interesse pela educação e que o direito de todos seja reconhecido.

No ano de 2003, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, desenvolveu-se o PBA - Programa Brasil Alfabetizado, cujo objetivo principal era superar o analfabetismo, que abrangia jovens e adultos, contribuindo assim para a universalização do ensino fundamental no Brasil. De acordo com Lopes, *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, Bebedouro-SP, 2 (1):196-209, 2015.

[...] Para cumprir essa meta foi lançado o Programa Brasil Alfabetizado, por meio do qual o MEC contribuirá com os órgãos públicos estaduais e municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos que desenvolvam ações de alfabetização ([20--], p. 08).

Observa-se no entanto que as metas de erradicar o analfabetismo não ocorreu no período previsto e, sendo assim houve uma reorganização do PBA por meio do Decreto n.º 6.093, de 24 de Abril de 2007, em que se estabeleceu novos critérios visando a universalização da Educação de Jovens e Adultos à todos os cidadãos brasileiros.

No contexto histórico de início do século XXI pode ser observado que a proposta do Programa Brasil Alfabetizado vai ao encontro do que é determinado pela Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 205, conforme abordado, define a educação como sendo responsabilidade não apenas do Estado, mas da sociedade como um todo.

5. Considerações finais

Considerando os avanços da Educação de Jovens e Adultos no Brasil a partir da década de 1950, percebe-se a significativa contribuição do educador Paulo Freire para que estes avanços acontecessem, já que este estabeleceu a educação crítica e libertadora, que prosseguiu com o desenvolvimento do Plano Nacional de Alfabetização em 1963.

Com a implantação do regime militar em 1964, ocorre uma ruptura no desenvolvimento do método de Paulo Freire pelo novo governo que se instala, pois este não aceitava a continuidade de uma educação que levava os indivíduos a perceberem a realidade na qual estavam inseridos e aprendiam a questioná-la, buscando melhores condições de vida.

Em 1967, quando o governo militar criou o Mobral, sua finalidade não era somente de controlar a educação de toda a sociedade, mas principalmente preparar mão de obra no perfil desejado pelo mercado de trabalho, por meio da imposição de uma educação de caráter tecnicista.

Posteriormente, com a transformação do Mobral em Fundação Educar, a Educação de Jovens e Adultos se tornou reconhecida mundialmente, com uma crescente preocupação com a erradicação do analfabetismo. Por meio de acordos, buscava-se uma reforma no ensino, que envolvesse não somente o poder público, mas a contribuição da sociedade em geral tendo em vista o processo de universalização do ensino que se intensifica no final da década de *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, Bebedouro-SP, 2 (1):196-209, 2015.

1980, quando a legislação definiu a educação básica como gratuita e obrigatória, o que diz respeito também à EJA.

Diante do exposto, destaca-se a importância da Educação de Jovens e Adultos no Brasil nos diferentes contextos educacionais analisados, nos quais sempre foi evidenciado o objetivo de promover a erradicação do analfabetismo, embora sob diferentes concepções, fosse de concepção libertadora, proposta por Paulo Freire, ou de caráter tecnicista, à qual se vincula a proposta do Mobral, desenvolvida no período do regime militar.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**; lei 9.394/96. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

HORIGUTI, Angela Curcio. **Do mobral ao PROEJA: conhecendo e compreendendo as propostas pedagógicas**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Profissional integrada à Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, 2009. Disponível em: <http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201051103752984angela_curcio_horiguti%E2%80%A6.pdf>. Acesso em: 20 julho 2014.

IRELAND, Timothy Denis. Revisitando a CONFINTEA: sessenta anos de defesa e promoção da educação de adultos. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, vol. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article//241/206>. Acesso em: 15 maio 2014.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. [20--]. **EJA: uma educação possível ou mera utopia?** Disponível em: <http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf>. Acesso em: 16 maio 2014.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Massagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos CEDES**, Campinas, v.21, n.55, nov. 2001. Disponível

Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 2 (1):196-209, 2015.

em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622001000300005&script=sci_arttext>
Acesso em: 04 agosto 2014.

PORCARO, Rosa Cristina. **A história da educação de jovens e adultos no Brasil**. Viçosa: Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa, 2007. Disponível em: <www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc>. Acesso em: 20 fevereiro 2014.

RANGEL, Elba Alonso. **Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil: problema estrutural para o desenvolvimento nacional**. 2011. Trabalho de Conclusão de curso (Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[file:///C:/Users/Windows%20Seven/Downloads/Jovens%20e%20Adultos%20pouco%20escolarizados%20no%20Brasil%20-%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Windows%20Seven/Downloads/Jovens%20e%20Adultos%20pouco%20escolarizados%20no%20Brasil%20-%20(2).pdf)> Acesso em: 10 agosto 2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, n. 38, p. 49-59, jun. 2010. Campinas. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf> Acesso em: 25 julho 2014.